



Da emergência do conceito de Património Mundial à criação do ICOMOS

Orlando Sousa¹

Resumo: O ICOMOS é o organismo consultor do Comité do Património Mundial para a implementação da Convenção do Património Mundial da UNESCO. A sua missão é promover a conservação, a protecção, a utilização e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios. Participa na elaboração de doutrina, evolução e divulgação de ideias, promove acções de sensibilização. Entre os seus membros há arqueólogos, arquitectos, engenheiros, juristas, arquitectos paisagistas, historiadores, historiadores de arte, antropólogos, etc.

Até finais do séc. XIX, o património e sua salvaguarda eram matéria de preocupação exclusivamente nacional, e a maioria da legislação existente respeitante à salvaguarda de edifícios históricos na Europa data dessa altura. Existiam em cada país inúmeras entidades e organizações, mas o seu desígnio nunca ultrapassou as fronteiras nacionais.

O Internacionalismo Cultural, tal como o conhecemos hoje, resultou da 1ª. Guerra Mundial, com a criação da Liga das Nações. Após e depois da 2ª. Guerra Mundial, assistimos à criação das Nações Unidas e a fundação da UNESCO.

Já em 1931 tinha sido realizada a Conferência de Atenas sobre o restauro de edifícios históricos, e Le Corbusier apresentou à 4ª. Assembleia do Congresso Internacional da Arquitectura Moderna (realizada em 1933) um projecto denominado Carta de Atenas, publicada anonimamente em Paris em 1941. Estes acontecimentos representam um marco na evolução de ideias, e introduzem pela primeira vez na história o conceito de património internacional.

Em 1957, em Paris, o 1º. Congresso de Arquitectos e Especialistas de Edifícios Históricos recomendava que os países que ainda não tivessem uma organização central para a protecção dos edifícios históricos, providenciassem a criação dessa autoridade, e que os estados membros da UNESCO se juntassem no Internacional Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICROM) sediado em Roma.

Em 1964 realizava-se em Veneza o 2º. Congresso de Arquitectos e Especialistas de Edifícios Históricos. Este Congresso adoptou 13 Resoluções, sendo a 1ª. a Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, conhecida por Carta de Veneza, e a 2ª. Resolução,

¹. Técnico Superior da Direcção Regional de Cultura do Norte e Membro do ICOMOS.

apadrinhada pela UNESCO, propondo a criação de uma associação de especialistas em conservação e restauro, independente do já existente ICOM (International Council on Museums). Era o embrião do ICOMOS, International Council on Monuments and Sites.

Em Junho de 1965 realizava-se em Varsóvia a fundação e a 1ª Assembleia Geral do ICOMOS. Para além de delegados de 26 países estiveram representados formalmente as organizações que contribuíram para a sua criação, UNESCO, ICROM e ICOM.

Datam dessa época os primeiros contactos para a constituição, no nosso país, de uma Comissão Nacional do ICOMOS. Esses contactos foram sendo realizados, de forma esporádica, até que em 14 de Outubro de 1980 a Comissão Executiva Internacional aprovou os estatutos da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS. Em 1983 realizou-se a 1ª. Assembleia Geral da CNP do ICOMOS.

O ICOMOS é o organismo consultor do Comité do Património Mundial para a implementação da Convenção do Património Mundial da UNESCO.

A sua missão é promover a conservação, a protecção, a utilização e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios. Participa na elaboração de doutrina, evolução e divulgação de ideias, promove acções de sensibilização. Entre os seus membros há arqueólogos, arquitectos, engenheiros, juristas, arquitectos paisagistas, historiadores, historiadores de arte, antropólogos, etc.

Tem sede em Paris, e os seus órgãos são a Comissão Executiva, a Assembleia Geral, o Secretariado Internacional, o Conselho Consultivo, o Conselho Científico. Tem ainda Comissões Nacionais (em Portugal Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS) e Comités Científicos Internacionais (International Scientific Committees). Ao longo da sua história o ICOMOS tem tido um papel normativo e participativo na redacção das Convenções Internacionais (Património Subaquático, Convenção de Haia, Património Imaterial).

Os Comités Científicos Internacionais, de variadas temáticas e assuntos, são constituídos por reconhecidos especialistas em cada assunto e designados pelas Comissões Nacionais. São corpos técnicos e científicos do ICOMOS. Como tal investigam, desenvolvem teoria da conservação, orientações, e cartas, promovem o intercâmbio científico internacional e desenvolvem projectos comuns. São estes Comités que preparam as denominadas Cartas do ICOMOS, que depois de aprovadas nas Assembleias Gerais constituem a maior parte da doutrina internacional sobre o Património Cultural. A sua criação e existência reflectem o pensamento sobre Património em cada momento. A título de exemplo referimos o PRERICO – International committee on Places of Religion and Ritual, criado formalmente em finais de 2017.

Para além dessas Cartas temos ainda Resoluções e Declarações, Cartas adoptadas pelos Comités Nacionais, e outros Documentos Internacionais.²

Referimos aqui as Cartas do ICOMOS. Dizem respeito a um tipo específico de Património, sua salvaguarda e conservação. São adoptadas pelas Assembleias Gerais, normalmente em duas

² Consultar em: <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts>

línguas, Inglês e Francês. Tem uma estrutura formal, com preâmbulo, objectivos, normas, metodologia e orientações.

Assim, no que diz respeito ao Património Vernacular, o ICOMOS tem um Comité Científico Internacional, o CIAV – International committee on Vernacular Architecture. O objectivo principal do CIAV é promover a identificação, o estudo, a salvaguarda e a conservação da Arquitectura Vernacular. Sobre esta temática há também uma Carta para o Património Vernacular³.

Foi ratificada na 12ª Assembleia Geral do ICOMOS, realizada no México em Outubro de 1999. Embora esta Carta tenha mais do que uma versão na língua portuguesa, nenhuma das versões está ratificada pela Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, o que deverá acontecer a muito breve prazo.

Merece aqui especial referência um dos últimos documentos aprovados em Assembleia Geral do ICOMOS em Dezembro de 2017), que são Princípios ICOMOS-IFLA sobre as paisagens rurais como Património (tradução de Natália Fauvrelle, da CNP do ICOMOS).

Porto, 4 de Outubro de 2018

³ consultar em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/vernacular_e.pdf